

Economia

— OPERAÇÃO DESMONTE —

De um lado, cortar despesas; de outro, aumentar impostos. É o que o governo planeja, nesta página. Na página seguinte, análises sobre o novo Imposto de Renda. Na 13, o Brasil e o mundo. Seu Dinheiro, na 14.

Vem mais imposto

O contribuinte já pode ir se preparando: vai pagar mais impostos para repor as perdas de receita da União para os Estados e municípios quando a nova Constituição entrar em vigor. Isto ficou claro no discurso feito ontem de manhã pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, durante a reunião ministerial que examinou os cortes no orçamento da União para 1989.

— A meta de redução do déficit público, que se justapõe ao propósito de reestruturar os gastos federais por força da nova partilha, demandará medidas adicionais na área tributária que permitam recuperar padrões historicamente observados nas receitas federais — disse Batista de Abreu a certa altura de seu discurso. “O orçamento geral da União para 1989 e a reestruturação do gasto público federal.”

Essas novas medidas de tributação para elevar as receitas, entretanto — explicou o ministro —, não podem ser misturadas à proposta orçamentária e deverão fazer parte de um futuro “projeto específico”.

Batista de Abreu reforçou a idéia de cobrança de mais impostos em outro trecho do discurso, ao afirmar que a meta de redução do déficit público de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano para 2% do PIB em 89 “é plenamente factível”, desde que adotadas as medidas de redução de despesas e de outras que impliquem o aumento da arrecadação, sem contudo especificá-las.

O ministro prevê para o próximo exercício grandes dificuldades orçamentárias,

principalmente no que se refere aos gastos com pessoal, pois o governo terá de efetuar reposições salariais. E explicou que a receita líquida da União, que havia atingido valores em torno de 9% do PIB no início da década de 70, deverá reduzir-se em 1989 para 4,7%, contra os 7% registrados no ano passado.

Foi diante desta evidência — prosseguiu — que o governo decidiu elaborar um novo orçamento, cortando principalmente as transferências voluntárias para os Estados e municípios e revendo vários programas e projetos, muitos dos quais serão extintos. E reafirmou que a nova divisão de recursos definida pela Constituinte vai significar uma perda de receita de 17% para a União em 1988, que no ano seguinte evoluirá para 21%.

Os cortes sugeridos pelo ministro do Planejamento no orçamento de 89 antegem basicamente os seguintes encargos federais atuais: a) transferências voluntárias (verbas não previstas) para os Estados e municípios; b) atividades e projetos financeiros por impostos que passarão para a esfera municipal; c) encargos que serão transferidos para Estados e municípios, como a execução de projetos de habitação, saneamento básico, transportes urbanos etc; e d) as contrapartidas federais (parcelas de contribuição) aos programas de financiamento externo aos governos estaduais e municipais, especialmente do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).